

O presidente do PDS está pronto para receber as críticas da oposição

# Sarney começa amanhã o diálogo com a oposição

O presidente do PDS, senador José Sarney, adiantou ontem que, embora instale ainda este mês uma comissão partidária destinada a estudar e elaborar uma ampla reforma da Constituição, não apresentará amanhã nenhuma proposta concreta aos presidentes do PP, senador Tancredo Neves e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, com os quais iniciará o diálogo que pretende entabular com os dirigentes de todos os partidos de oposição.

— Inicialmente o nosso objetivo é estabelecer um clima de convivência capaz de desobstruir os canais de comunicação partidárias dentro do Congresso — esclareceu o senador — para criação de um programa mínimo capaz de conjurar as ameaças que pesam sobre o projeto de democratização do país.

O senador Sarney disse que, pelo fato de iniciar as conversações com os dirigentes oposicionistas sem pauta e sem proposta concreta, está preparado para receber críticas contundentes de parlamentares da oposição. «Mas, como o diz o Brosard (líder do PMDB), é possível que, se deixarmos de fazer as coisas com medo de críticas, não fazemos nada».

Ele concordou que o clima atual no Congresso Nacional é propício para manter o diálogo com as oposições, em face da aparente condescendência de muitos de seus membros para com o governo, criada depois dos atentados terroristas que visam diretamente o regime e ameaçam romper a continuidade da execução do projeto de abertura democrática. «Só espero e desejo de coração», ponderou o senador, «é que essa consciência em torno do entendimento não se esgote nos episódios

lamentáveis ocorridos no Rio de Janeiro. O diálogo entre parlamentares deve ser uma rotina».

## REFORMA

O dirigente do PDS adiantou que os estudos preliminares que a comissão do PDS fará para reformar a Constituição visam expurgar do seu texto «tudo aquilo que renasce de épocas de arbítrio e autoritarismo». Ele concordou com relutância que um dos pontos mais visados é a emenda um, visto que ela foi outorgada pela junta militar que governou o país, após a morte do presidente Costa e Silva. Disse também que a idéia inicial e preponderante para implantação dessa reforma é o uso de um Ato Adicional.

Ele previu que as oposições terão participação na elaboração dessa reforma em 81, quando o assunto entrará em fase de deliberação no Congresso. O trabalho da comissão do PDS este ano, segundo ele, é examinar todas as propostas de emendas que existem e a adaptação do texto atual à nova realidade política o que terá de resultar não só na consolidação do texto atual muito disperso, como na sua legitimidade.

Quando a comissão do PDS elaborar a sua própria proposta, garantiu, cada parlamentar, sem distinção de partido, deve dar sua contribuição. Isso não impede, segundo fez questão de esclarecer, que os parlamentares apresentem, isoladamente, suas próprias propostas, pois isso é previsto na Constituição e nos regimentos do Senado e da Câmara. A chance de aprovação dessas propostas, contudo, é remota, uma vez que o PDS é maioria e nada passa sem o seu aval.